

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DANIEL NAZARENO DE ANDRADE

MODOS DE AQUISIÇÃO, UTILIZAÇÃO E DESCARTE DE VIATURAS POLICIAIS
MILITARES: UM ESTUDO SOBRE A POSSIBILIDADE DE MELHORA NO
PROCESSO

CURITIBA
2013

DANIEL NAZARENO DE ANDRADE

MODOS DE AQUISIÇÃO, UTILIZAÇÃO E DESCARTE DE VIATURAS POLICIAIS
MILITARES: UM ESTUDO SOBRE A POSSIBILIDADE DE MELHORA NO
PROCESSO

Projeto Técnico apresentado ao
Departamento de Administração Geral e
Aplicada do Setor de Ciências Sociais
Aplicadas da Universidade Federal do
Paraná, como requisito parcial para a
obtenção do título de Especialista em Gestão
Pública

Orientador: Prof. Dr. Armando João Dalla
Costa..

CURITIBA
2013

À minha amada esposa Mônica, fonte de
minha inspiração. Aos meus filhos André,
Danilo e Victor, por entenderem minha
ausência.

RESUMO

Este trabalho traz uma proposta para aquisição de viaturas policiais buscando uma economia nas aquisições em que as mesmas são compradas já com equipamentos e caracterização, o que acarreta um valor muito acima do mercado para esses veículos, com essa proposta se busca a aquisição dos veículos com o valor de mercado e sem a caracterização citada, além de desconto referente ao ICMS o que traria grande economia para os cofres públicos, sendo que seriam utilizados os equipamentos já instalados em viaturas usadas. Outro ponto é a compra de veículos do mesmo modelo dos que a corporação já possui neste caso sendo dispensável a licitação.

palavras-chave: aquisição; viaturas; policiais

LISTA DE SIGLAS

VTR: Viaturas

PM: Polícia Militar

PPMM: Polícias Militares

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 APRESENTAÇÃO/PROBLEMÁTICA.....	1
1.2 OBJETIVO GERAL DO TRABALHO	2
1.3 JUSTIFICATIVAS DO OBJETIVO	2
2. REVISÃO TEÓRICO-EMPÍRICA	5
3. METODOLOGIA	11
4. A ORGANIZAÇÃO	12
4.1 DESCRIÇÃO GERAL:.....	12
4.2 - DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA	13
5. PROPOSTA.....	17
5.1 DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA	17
5.2 PLANO DE IMPLANTAÇÃO.....	21
5.3 – RECURSOS	22
5.4 - RESULTADOS ESPERADOS	22
5.5 - RISCOS OU PROBLEMAS ESPERADOS E MEDIDAS PREVENTIVO-CORRETIVAS	23
6. CONCLUSÃO	24
7. REFERÊNCIAS.....	25

1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação/Problemática

Para muitas pessoas que não possuem contato com o tema, viaturas policiais, parece até um tanto dispendioso realizar tal trabalho sobre o assunto, entretanto, desconhecem a relevância para a sociedade quando se trata deste ponto, com os reflexos que podem gerar tal implantação de melhorias nas escolhas das viaturas adequadas para o trabalho policial, até mesmo com a alienação de viaturas usadas com um melhor aproveitamento, podendo assim, serem reinseridos os valores arrecadados com a arrematação das viaturas usadas, desde que elas possam ser um atrativo para os arrematantes investirem um valor adequado para a sua compra.

Com isso, este trabalho visa apresentar opções viáveis de melhorias nas alienações dessas viaturas, apresentando os possíveis benefícios com a diminuição do tempo de uso dos veículos, e mesmo em casos de uso extremo, que seja oportunizado o momento adequado para a adjudicação dos bens, evitando o seu desgaste total e que a sua venda seja feita como sucata, em que todo o seu valor comercial é reduzido drasticamente.

A Polícia Militar do Paraná, a partir das considerações deste trabalho, pode começar a desenvolver projetos, que após desenvoltura política para ganhar corpo e força perante os Órgãos competentes, pode conseguir mudanças na legislação quanto à aquisição, utilização e alienação das viaturas policiais utilizadas pela Corporação. Com isso a Organização Polícia Militar do Paraná ganha, tendo em vista a economia e investimento em bens com mais qualidade e com o atendimento de qualidade prestado pelo policial equipado com uma viatura adequada conforme suas necessidades e da população. Ganha também a sociedade que recebe viaturas de qualidade e policiais mais realizados para prestar atendimento qualificado e com veículos que os fazem orgulhosos de conduzir, com adequação das necessidades às realidades apresentadas por cada modalidade de policiamento.

1.2 Objetivo Geral do trabalho

Com este trabalho se busca um melhor aproveitamento das verbas públicas aplicadas na aquisição de viaturas policiais militares, sendo com a aquisição de viaturas mais adequadas ao trabalho policial, bem como, com o reaproveitamento dos numerários arrecadados com a alienação das viaturas inservíveis para a atividade policial, com a maior arrecadação no momento do arremate dos veículos tendo em vista estarem mais adequados para a utilização pós-alienação.

Objetivos específicos do trabalho

Tem o presente a menção de tornar mais eficiente a compra e venda de viaturas policiais militares, com o intuito de tornar mais atraente ao arrematante os veículos inservíveis ao Estado, para assim atingir uma arrecadação maior no momento da realização de hasta pública.

1.3 Justificativas do objetivo

Para a Polícia Militar do Paraná a preservação e manutenção de suas viaturas é de extrema necessidade, tendo em vista que quase todo o seu trabalho está focado para a manutenção da ordem pública que em sua maioria se realiza com policiamento ostensivo, e quase que na totalidade com a ostensividade de suas viaturas policiais especialmente caracterizadas, identificadas e equipadas, portanto, a preservação de boas condições do equipamento, tanto pela consciência dos policiais militares que as utilizam diariamente, quanto para a sociedade que precisa ser bem atendida tendo em vista a satisfação do militar estadual em estar trabalhando com material adequado e de acordo com suas expectativas.

Portanto, quanto maior o desgaste das viaturas, maior for o descuido para com o veículo dispensado pelo utilizador, maior prejuízo a Polícia Militar terá e maior desatendimento a população terá, por falta de viatura para realizar o trabalho, ou mesmo por más condições.

No momento atual, a Polícia Militar adquiriu viaturas novas e de ótima qualidade e desenvolvimento tecnológico, no entanto, este momento apesar de não

parecer o ideal para tratar do tema, está longe de ser abandonado, pois as viaturas recém adquiridas precisam ser mantidas, manutenidas e preservadas de forma adequada pela instituição, pelos policiais militares que as utilizam e pela população, pois se ocorrer desleixo com os equipamentos no decorrer da utilização, no momento em que serão leiloados todos sofrem com a desvalorização desses veículos, seja a Instituição, seja a população.

Para o conhecimento se faz importante o estudo na área para tratar de desenvolvimento de materiais e meios específicos para a aquisição de viaturas policiais tendo em vista a especialidade no emprego de tais veículos e se há meios para que essa especialidade possa ser melhor empregada no desenvolvimento de equipamentos especiais para tal objetivo, não sendo esta a visão de hoje em que são transformados veículos normais, para uso simples, em viaturas policiais sem qualquer especialidade, apenas com instalações de luzes que são chamadas giroflex, sirenes e plotagens com inscrições e cores características da polícia militar, há de se ressaltar se existe a possibilidade da indústria automobilística desenvolver especialmente um veículo para a atividade policial, com reforços especiais e com característica mais rústica, entretanto, como ficaria esse veículo para o momento do arremate, seria interessante para a população? Tudo indica que não, este paradigma que se tenta quebrar, parece estar longe de se chegar a uma proposta concreta para solucionar os problemas com viaturas policiais, seja com a manutenção cara de veículos bons, com muita tecnologia, ou seja, pela facilidade de quebra de veículos baratos mas com baixa qualidade que também são empregados em policiamento ostensivo.

Quanto ao estudo da logística para o emprego de viaturas policiais, VTRs, se faz necessário atender aos anseios dos utilizadores diários, com suas expectativas e angústias, esse tema tende a ser tratado pela cúpula diretora e não se ouve os profissionais que estão atuando na linha de frente.

Será que a ouvida das expectativas e impressões dos utilizadores dessas VTRs deve ser colhida ou suas informações não são relevantes para realizar compras e manutenções em veículos policiais? Tudo leva a crer que a opinião dos utilizadores deveria ser levada em consideração, o que em sua maioria não acontece, as compras são realizadas por setores fora da corporação.

Apesar de serem realizadas assessorias por parte de policiais militares que atuam em setores responsáveis por manutenção e organização dos veículos e

demais equipamentos nas compras de VTRs, essa assessoria pode ser mais técnica ou apenas a impressão de um, ou de um pequeno grupo de policiais, que apesar de seus elevados conhecimentos, pode não refletir as considerações de todos, ou da maioria dos usuários dos equipamentos a serem adquiridos, não há, portanto, qualquer pesquisa em relação ao militar que utilizará o equipamento na atividade fim.

2. REVISÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

Para a aquisição de viaturas policiais militares o Estado não faz sua compra de qualquer forma e sim a partir de um procedimento que é denominado de licitação, visando dar respaldo a princípios constitucionais, como da eficiência, da publicidade e a isonomia, entre outros, a licitação é realizada para salvaguardar o interesse do comprador como bem explana Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2011, p. 356):

Aproveitando, parcialmente conceito de José Roberto Dromi (1975:92), pode-se definir a licitação como o procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitem às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionará e aceitará a mais conveniente para a CELEBRAÇÃO DE CONTRATO.

Portanto, a oportunidade deve ser concedida a todos que demonstrem interesse e se habilitem de acordo com as normas do edital, que por assim dizer, é a lei da licitação, nem mesmo o Estado pode fazer mudanças no decorrer do ato tendo em vista a possibilidade de desclassificação, portanto tem que ser algo estruturado e coerente, não abrindo possibilidade de direcionamento, o que pode ocasionar a nulidade requerida pela via judicial, como se vê:

Pela licitação, a Administração **abre a todos os interessados que se sujeitam às condições fixadas no instrumento convocatório**, a possibilidade de apresentação de proposta. Quando a Administração convida os interessados pela forma de convocação prevista na lei (edital ou carta-convite), nesse ato convocatório vêm contidas as condições básicas para participar da licitação, bem como as normas a serem observados no contrato que se tem em vista celebrar; o atendimento à convocação implica a aceitação dessas condições por parte dos interessados. Daí a afirmação segundo a qual o edital é a lei da licitação e, em consequência, a lei do contrato. Nem a Administração pode alterar as condições, nem o particular pode apresentar propostas ou documentação em desacordo com o exigido no ato de convocação, sob pena de desclassificação ou inabilitação, respectivamente. (DI PIETRO, 2011, p. 357).

A importância da licitação estar bem desenvolvida com assessoria estruturada e comprometida com os preceitos da Organização, vai se transmitir em um edital claro e bem desenvolvido, com brechas mínimas ou nenhuma, para que o ato não seja frustrado e por assim dizer, gerar um transtorno para a Administração

que terá que realizá-lo novamente, gerando custos e desperdício de tempo e dinheiro.

Em pesquisas recentes a Administração Pública do Estado do Paraná optou por realizar a modalidade de pregão eletrônico para a aquisição de VTRs, mas o que viria a ser essa modalidade de licitação? Para entender essa definição é preciso antes trazer o entendimento quanto à modalidade de licitação pregão, antes de falar no eletrônico, como bem explana Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo (2013, p.642):

A modalidade de pregão sempre adota como critério de julgamento o menor preço da proposta. Afinal, não seria mesmo razoável, tendo em conta a definição de bens e serviços comuns, cogitar que o critério de julgamento para sua contratação pudesse ser o de melhor técnica ou de técnica e preço.

Em suma, o pregão é modalidade de licitação, sempre do tipo menor preço, destinada à aquisição de bens e serviços comuns, que pode ser utilizada para qualquer valor de contrato.

É fato que o pregão veio para ficar, trazendo inovação e agilidade no processo licitatório, barateando os custos e ainda possibilitando a maior participação de licitantes, tendo em vista a redução na burocracia da entrada no certame, com isso, os benefícios para a Administração Pública são enormes, proporcionando a aquisição de bens de qualidade com preços interessantes traduzindo a concorrência entre os participantes do pregão. Ainda mais interessante ficou a modalidade de pregão em formato eletrônico que veio a ser estabelecido a partir da redação do Decreto 5.450/2005, em seu art. 4º estabelece a obrigatoriedade do uso do pregão para a aquisição de bens e serviços comuns, e ainda, na modalidade eletrônica como forma obrigatória, necessitando de comprovação em caso de inviabilidade de utilização desse formato, então, todas as transações de aquisições de bens e serviços comuns, independentemente do valor, serão realizadas por licitação na modalidade pregão que está prevista na Lei Federal nº 10.520/2002, sendo uma modalidade de licitação além das previstas na Lei Federal nº 8.666/1993, e ainda com o advento do Decreto 5.450/2005 que regulamenta o pregão eletrônico, veio a obrigatoriedade dessa modalidade (ALEXANDRINO & PAULO, 2013, p. 642-648).

Pelo exposto é possível perceber através de simples pesquisas quanto às licitações públicas para compras de veículos, que os mesmos são adquiridos com

valores muito acima dos praticados no mercado, especialmente quando há apenas um interessado em participar da licitação, como ocorreu na compra dos veículos Renault Duster, no edital nº 263/2012, licitação nº 455545¹, em que apenas a empresa Renault do Brasil demonstrou interesse no fornecimento do veículo em questão, que mesmo sendo equipado com itens exigidos no edital (que por sinal tem acesso restrito para o cidadão, não sendo possível obter o edital para análise no citado portal, com exigência de cadastro prévio, que mesmo realizado, não foi fornecido o *download* do edital, o que torna a informação inacessível) foi adjudicado com um preço muito acima da tabela de referência como se pode notar na tabela comparativa:

Tabela Fipe, mês de referência Nov. 2012 Referência DUSTER Dynamique 4x4 2.0 Hi-Flex 16V Mec.²	Pregão nº 455545
Valor de Mercado à época	Valor arrematado
R\$ 48.711,00	R\$ 100.670,42
Simulação de desconto do ICMS conforme Convênio CONFAZ nº 26/03	Aplicado desconto no valor arrematado conforme Convênio CONFAZ nº 26/03
R\$ 42.865,68	R\$ 88.589,97

Tabela 01: Comparação entre Valores da Tabela Fipe e último Pregão
Fonte: Adaptada pelo autor.

Como verificado na tabela 01, a diferença gritante entre o veículo adquirido pelo Governo do Estado do Paraná e o valor oferecido no mercado à época é de R\$ 45.724,29 (quarenta e cinco mil, setecentos e vinte quatro reais e vinte e nove centavos) ou seja, mais do que o dobro do valor de outro veículo no mercado, portanto, daria para comprar dois veículos do mesmo modelo e ainda sobraria um certo valor. Infelizmente pela falta de interessados no edital o veículo foi adquirido pelo maior valor disponível para a compra, não tendo qualquer oferta menor do que isso. É possível salientar que os valores que estão acima do mercado são referentes

¹ Portal de licitações do Branco do Brasil. Disponível em <https://www.licitacoes-e.com.br/aop/consultar-detahes-licitacao.aop>. Acesso em 08/10/2013.

² Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Índice de Preços Regionais. Preço Médio de Veículos Passeio/Utilitários. Disponível em <http://www.fipe.org.br>. Acesso em 08/10/2013.

aos equipamentos de luzes intermitentes, sirene, radiocomunicação, caracterização e compartimento para transporte de detidos, entretanto, é forçoso querer acreditar que esses equipamentos e demais componentes se tornem o dobro do valor de um veículo

Num primeiro momento, em termos de conhecimento popular, é comum se ouvir dizer que as compras de viaturas policiais são efetuadas com descontos nos impostos em que o Estado tem isenção, mas será real ou fábula este conhecimento difundido entre a população em geral?

Como foi percebido nas linhas acima, há um desconto no imposto sobre circulação de mercadorias e serviços concedidos ao Estado do Paraná ao efetuar a compra de viaturas, entretanto esse desconto é proveniente da legislação estadual que prevê essa isenção para as empresas paranaenses que fornecerem ao Estado ou Órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações, fato curioso é que no sítio denominado Compras Paraná, da Secretaria da Administração e da Previdência, são dadas orientações quanto à isenção do ICMS para as empresas paranaenses e que essa isenção já deve estar presente no momento do lance ofertado no pregão, o que na maioria das vezes não foi percebido na licitação nº 455545.

Importante salientar que as aquisições de bens por entidades imunes não prevalece, o que há é a imunidade tributária se a entidade é quem produz e vende o bem, quanto à compra de bens não há qualquer imunidade constitucional, como prevê a jurisprudência, como é possível verificar nas palavras de Eduardo Sabbag (2011, p. 307-308):

De início, impende revelar que tem prevalecido, no plano jurisprudencial, a interpretação de cunho formal do fenômeno da repercussão tributária. Nessa medida, nas operações de vendas de bens por entidade imune, prevalecerá a imunidade tributária; nas operações de aquisição de bens, deverá haver a normal incidência do gravame.

Não é o caso então da imunidade tributária para os entes da Administração Direta ao efetuarem compra, mas há essa isenção sim, mas apenas, para aquisição de bens, mercadorias ou serviços, em compras realizadas através de qualquer modalidade de licitação, desde que o fornecedor esteja sediado dentro do Estado licitante.

Além de todo o exposto, cabe salientar que as escolhas efetivadas para as viaturas adquiridas não foram realizadas com as devidas ponderações, quanto à previsão de manutenção para as viaturas importadas, quanto às marcas que não possuem estoques de peças de reposição disponíveis, essas ponderações são de suma importância para o funcionamento da Organização Policial Militar, no entanto não devem ser direcionadas as licitações para certas montadoras tendo em vista que o procedimento tem que ser isento e imparcial, fica um dilema para a Administração Pública, podendo qualquer marca, qualquer empresa, oferecer um veículo com o menor preço e a Administração Pública é obrigada a fazer a adjudicação se todos os documentos entregues estiverem corretos. Essa falta de escolha do veículo mais adequado gera grandes transtornos para a Polícia Militar do Paraná, que muitas vezes tende a deixar esses veículos parados por falta de peças ou mesmo por falta de verbas para a manutenção que pode vir a ser muito dispendiosa dependendo da montadora que ganhou a licitação.

Com as Organizações Militares a logística envolvida com a escolha do material a ser comprado, com os devidas ressalvas de cada região, ou de cada setor responsável pelas viaturas deveria ser a melhor possível, tendo em vista que os militares empregam a logística mesmo muito antes dela ser entendida como é possível perceber no trabalho de conclusão de curso de Juliano Appel Marques 2011, p.33) bem trata do assunto:

No Brasil, o maior exemplo da importância e atuação de Operações Logísticas em combate foi na Guerra de Canudos, onde o óbice maior era a ausência de uma cadeia de suprimentos, já que a falta destes dificultava o bom desempenho do Exército Brasileiro. Assim, organizando e sistematizando o transporte de pessoal e material, tornou efetivo e contínuo o fluxo de reabastecimento das tropas, o que possibilitou o encerramento daquele conflito, após sucessivas e fracassadas tentativas.

Mas está longe de estar nas mãos dos militares a solução desse empasse que não se pretende em poucas linhas dar solução milagrosa para o tema, a legislação é falha quando se trata de certos tipos de licitação, e ainda a burocracia que em certos temas é vista como um empasse em situações que necessitam de mais agilidade para a solução do problema, a burocracia nesse caso, do pregão eletrônico, poderia ser uma aliada para a solução de dificuldades quanto ao tema da escolha do veículo, se houvesse a possibilidade de especificar ainda mais os detalhes dos veículos tais como peças para reposição e valores das mesmas,

entretanto a eficiência que deve permear a Administração Pública, com emprego de agilidade e de produtividade em certos pontos pode levar ao atrapalho como nos casos de escolhas mal feitas nas licitações, que na verdade está longe de ser uma escolha e sim uma delimitação aproximada do que se quer adquirir, Pedro Lenza (2011, p. 1163) trata da eficiência:

Se, na iniciativa privada, se busca a excelência e a efetividade, na administração, outro não poderia ser o caminho, enaltecido pela EC n. 19/98, que, em boa hora, fixou a eficiência também para a Administração Pública.

A ordem do dia é a produtividade, e o Estado deve conseguir alcançar os resultados. Para tanto, mecanismos de incentivo devem existir para os servidores (e controle do desempenho deles), mas, também, a Administração terá que estar dotada de estrutura para a sua concretização.

Infelizmente nesse ponto a eficiência, com a busca de agilidade na licitação, pode estar prejudicando e muito o Estado e o cidadão que, como no exemplo trazido, pode estar sendo prejudicado, adquirindo veículos muito acima do valor de mercado e depois perdendo ainda mais com o leilão desses veículos em estados deploráveis tendo em vista a falta de manutenção adequada, ou por falta de verbas, devido às peças caras, ou mesmo pela falta de peças de reposição quando estão envolvidos veículos importados que se tornam inviáveis quando precisam de um reparo mais vultuoso.

3. METODOLOGIA

Este trabalho foi baseado em pesquisa bibliográfica que se deu basicamente com a busca em doutrina, além de diversos sítios na rede mundial de computadores, esta pesquisa foi realizada com abordagem qualitativa e quantitativa do assunto, além de estudos na área policial militar. Portanto, esta pesquisa pode ser exemplificada conforme o entendimento de Elisabete Matallo Marchesini de Pádua (2004, p. 55), “A pesquisa bibliográfica é fundamentada nos conhecimentos de biblioteconomia, documentação e bibliografia; sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e registrou a respeito do seu tema de pesquisa.”

Para ser realizada uma pesquisa em qualquer área se faz necessária ao menos inicialmente um levantamento bibliográfico, como no caso em tela, pois os livros são referências e caminhos que já foram traçados para alcançar objetivos como ressalta Lino Rampazzo:

Qualquer espécie de pesquisa, em qualquer área, supõe e exige uma pesquisa bibliográfica prévia, quer para o levantamento da situação da questão, quer para fundamentação teórica, ou ainda para justificar os limites e contribuições da própria pesquisa. (RAMPAZZO, 2005, p. 53)

Quanto à natureza da metodologia deste trabalho se buscou o conhecimento científico sempre tentando se afastar do conhecimento empírico que tanto vêm à tona, especialmente quando se trata de governo e segurança pública.

4. A ORGANIZAÇÃO

Polícia Militar do Estado do Paraná

4.1 Descrição geral:

A Polícia Militar do Paraná, é o Órgão de segurança pública responsável pela preservação da ordem pública e do policiamento ostensivo e preventivo no Estado do Paraná, atua em todos os municípios do Estado, com sedes em regiões estratégicas do Estado, com batalhões e companhias independentes espalhadas estrategicamente. Possui em seu quadro ativo cerca de 18.000 (dezoito mil) componentes entre homens e mulheres incluindo o Corpo de Bombeiros Militar que faz parte da Corporação.

A Polícia Militar do Paraná foi criada em 10 de agosto de 1854 com a denominação de Companhia de Força Policial, sua base legal está na Constituição Federal de 1988, no art. 144, nos parágrafos quinto e sexto como se vê:

§ 5º - às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º - As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Realiza diversos tipos de policiamento ostensivo, desde o geral até os mais específicos como o caso do policiamento ambiental, de guarda, etc., além das mais variadas modalidades que podem ser patrulhamento, permanência, escolta, ordinário, etc., entretanto o policiamento motorizado é de longe o mais utilizado na Corporação, não só no Estado do Paraná mas também nos diversos estados do país.

No plano preventivo, as Polícias Militares continuam investindo grande parte de seus esforços no policiamento ostensivo em suas mais diversas formas, mas, principalmente, o motorizado, como forma de dissuasão de possíveis práticas delituosas, deixando sistematicamente de utilizar de diversas ferramentas enquanto polícia ostensiva. Isto porque não há delineamento pragmático mais amplo e complexo para a atuação da polícia ostensiva na preservação da ordem pública além do policiamento ostensivo. (HIPÓLITO, 2007, p. 33)

No Estado do Paraná a Polícia Militar está subordinada diretamente à Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná, e esta subordina-se ao Governador do Estado do Paraná. Conforme Lei Orçamentária Anual para o ano 2013 a previsão de despesa com a Polícia Militar do Paraná é de R\$ 1.027.840.590,00 (um bilhão, vinte e sete milhões, oitocentos e quarenta mil, quinhentos e noventa reais), sem acréscimo das despesas com o Corpo de Bombeiros Militar, que não está sob análise neste estudo.

4.2 - Diagnóstico da situação-problema

Com o início deste trabalho a ideia inicial pretendia alcançar um melhor aproveitamento das viaturas policiais militares em relação ao desfazimento realizado por leilão das mesmas a valores ínfimos, tendo em vista a isenção de impostos e a redução de valores na aquisição de veículos realizada pelo Estado, visando assim uma melhor capitalização dos valores a serem obtidos com a venda dessas viaturas em melhores condições e em menos tempo de uso do que os modos atuais, tendo em vista que os leilões realizados por seguradoras e bancos para a venda de veículos apreendidos é realizada com constância e com arrecadação razoável, há de se esperar que o Estado pudesse realizar uma melhor arrecadação com seus veículos, em especial com viaturas policiais.

Acontece que após pesquisa e minuciosa análise das últimas compras realizadas pelo Estado em relação a viaturas policiais, foi possível verificar que a aquisição de veículos pelo Estado do Paraná com a finalidade de servirem de VTRs se dá muito além do valor de mercado dos mesmos, tendo em vista que não há concorrência na maioria dos pregões eletrônicos, o que leva a uma compra bem acima do valor comercial dos veículos, além disso, os valores pagos nos demais equipamentos como, rádio transmissor, plotagem das viaturas, compartimento para transporte de presos “camburão”, são, em alguns casos, tão elevados a ponto de terem o mesmo valor de um veículo, ou até mais elevados, o que torna inviável economicamente para se obter um prejuízo reduzido em sua compra.

Outra desvantagem é a compra sem qualquer critério de marca ou modelo tendo em vista que as licitações não podem ser direcionadas, são apenas

escolhidas as ofertas com o preço menor, sem qualquer critério de padronização ou de verificação quanto aos custos a serem realizados, como se vê:

Os processos de aquisição de viaturas são elaborados sem projetos técnicos, observando-se apenas um planejamento quantitativo, para atender simplesmente as necessidades numéricas da Corporação. Não levam em consideração o emprego destes veículos e o histórico de vida útil ou de manutenção junto as Unidades Operacionais, bem como, não seguem uma doutrina ou uma tendência de padronização da frota, o que faria diminuir tais custos. Desta forma, acaba-se comprando os veículos que são oferecidos em menor preço, atendendo simplesmente os princípios do processo licitatório. (MILDEMBERGER JUNIOR, 2009, p. 3)

Com esse posicionamento adotado pela Administração Pública os desperdícios são enormes tendo em vista a falta de aproveitamento dos materiais e equipamentos que estavam empregados nas viaturas a serem descartadas como inservíveis, tendo assim que adquirir outros veículos sem qualquer critério de modelo ou especificação igual aos que estão em uso na Corporação para não comprometer a legalidade do edital de licitação e não direcionar o concorrente a ser contratado, entretanto esse respeito à Lei 8.666/96 tem levado a grandes prejuízos que poderiam ser amenizados com o reaproveitamento de equipamentos e materiais já empregados na Instituição.

Mais um ponto importante na aquisição de viaturas policiais é a falta de critério para cada localidade, terreno, assistência técnica e fornecimento de peças, enquanto é possível visualizar o emprego de viaturas com tração nas quatro rodas (4X4) sendo utilizadas nos grandes centros urbanos, como no caso da Capital do Estado do Paraná, em localidades com grande concentração de atendimento de ocorrências em meio rural ou em ruas sem pavimentação é possível localizar o emprego de viaturas com tração em apenas duas rodas (4x2), além da falta de concessionárias nas principais cidades do Estado para poderem prestar assistência aos veículos comprados com a devida rapidez e necessidade atinentes ao serviço policial militar, além do que a falta de peças de reposição que atinge a todos os consumidores em geral, especialmente nos casos de veículos importados, é de grande prejuízo para a sociedade quando uma VTR fica parada por longo período devido à falta de peças.

Além de todos os problemas explanados, há de se ressaltar quanto à programação da média de quilometragem rodada por cada veículo empregado na atividade policiais, em cada região do Estado, se o período de manutenção,

revisões, especialmente a troca de óleo lubrificante, que é uma das grandes causas na Corporação que levam uma viatura a ficar sem ser empregada devido à falta de verbas públicas disponíveis para a realização da manutenção periódica do veículo, o que é inaceitável tendo em vista, que há possibilidade de prever com antecedência a realização dessas manutenções.

Em outros casos, a simples consulta ao efetivo empregado no patrulhamento ostensivo com as viaturas poderia dirimir detalhes que na atividade policial trazem muito prejuízo e repercussão, como no caso da falta de vidros e travas elétricas nas viaturas policiais, além da necessidade de travamento das portas e levantamento automático dos vidros por acionamento remoto, item simples que pode ser adquirido por qualquer cidadão comum mas que não é pensado para as viaturas policiais no geral na hora de estabelecer critérios para a compra, pois, estando em uma ocorrência grave, em caso de abordagem em que seja necessário o afastamento da viatura, o policial teria condições rápidas e seguras de sair do veículo e acionar o controle remoto, podendo assim garantir a segurança da viatura e dos equipamentos que lá estão, sem demandar qualquer prejuízo a agilidade no atendimento da ocorrência e do abandono da viatura, sendo que os policiais em sua maioria trabalham em duplas e não devem, conforme a técnica policial, se dividirem para atendimento de ocorrência, por isso se tiverem que deixar o veículo os dois irão sair de perto e nem sempre há a possibilidade de realizar o fechamento dos vidros e trancamento de todas as portas.

Nos batalhões de Polícia Militar há seções que tratam da manutenção das viaturas, entretanto, essas repartições não são dotadas por profissionais especializados e sim por policiais que por algum motivo saíram da atividade fim da polícia militar, policiamento ostensivo e preventivo, e passaram a atuar nesse setor, entretanto, não são realizados serviços profissionais, onde um simples conserto de pneu furado não é realizado, pois não há a devida preparação, equipamento ou especialização dos militares estaduais envolvidos. Mas, empregar um policial militar como borracheiro em momentos que há falta de efetivo policial, é de extremo desperdício para a Corporação, mas o problema está estabelecido, quem fará o conserto do pneu furado de uma viatura que está localizada em um bairro da periferia da Capital? Esse veículo deverá se deslocar ao departamento responsável, que atua em horário comercial, para realizar o conserto, mas se o fato acontecer fora do horário comercial a equipe terá que circular com a viatura sem o pneu

sobressalente, o que poderá ocasionar a parada total do veículo se outro pneu furar durante o turno de serviço.

A arrematação dos veículos inservíveis para o Estado do Paraná é feita com a descarga do veículo para o DETO (Departamento de Transporte Oficial) que é responsável pelo apoio aos órgãos da Administração no gerenciamento de transporte, a realização do leilão de veículos inservíveis é feita pelo DETO que recolhe esses veículos e é encarregado de realizar a arrematação dos bens através de leiloeiro oficial. Entretanto, é verificado que os valores mínimos par arrecadação são muito abaixo do mercado, além disso, os veículos, em sua maioria, são loteados para leilão em estado de total abandono, ficando e sua quase totalidade sofrendo a ação do tempo e deterioração que os tornam ainda mais inservíveis. Informações estas que foram verificadas *“in loco”* pelo autor que realizou visita ao pátio em que se encontravam os veículos para serem leiloados, e foi possível realizar a verificação em que poucos veículos, dos vários disponíveis, estavam realmente em condições de serem reaproveitados por completo por cidadãos ou mesmo por empresas que atuam com compra e venda de sucatas.

Algo lamentável de se verificar e trazer como situação problema mais importante, é o esvaziamento dos cofres públicos com a compra de veículos em um valor muito acima do mercado e em poucos anos de uso esses mesmos veículos serem leiloados como sucatas ou mesmo como veículos muito deteriorados que tem o seu valor extremamente depreciado.

5. PROPOSTA

5.1 Desenvolvimento da proposta

De início é importante frisar que este trabalho não pretende buscar solução milagrosa para a compra e descarte de viaturas policiais militares, apenas apresenta uma visão com ângulo diferente, tendo em vista que se fala em viaturas principalmente em relação aos acidentes que acontecem e normalmente causam ferimentos e até mesmo a morte de policiais militares, portanto, a ouvida dos operadores dessas viaturas é essencial para que possa ser realizado um trabalho aproximado das expectativas da maioria dos policiais que se utilizam no dia a dia dessas viaturas, itens essenciais como ar-condicionado, ar-quente, travas elétricas, vidros elétricos e alarme, sendo esses três últimos exigidos no último pregão, trazem conforto e segurança aos usuários, bem como, *air bags*, barras laterais, freios com ABS, são de uma extrema importância para equiparem viaturas, devido ao trabalho realizado com esses veículos que pode vir a acarretar acidentes que normalmente podem advir do trabalho policial.

Antes de mais nada, é importante ressaltar que contemporaneamente, os policiais militares que se envolvem em acidentes com viaturas normalmente sofrem punições e são acusados em processos administrativos para apurar se houve culpa ou dolo o que muitas vezes pode acarretar com a cobrança do valor do dano causado à viatura em que o policial estava dirigindo, cabe ressaltar que essa apuração é algo normal tendo em vista ter ocorrido um dano ao patrimônio público, é de interesse de todos que esse dano seja apurado e o culpado seja punido, entretanto, julgados trazem decisão divergente desse entendimento:

Ação de indenização. Acidente de trânsito. Veículos oficiais.

Cumprimento do dever. Sumula 07 STJ.

i - a ocorrência de acidente de trânsito envolvendo viaturas policiais que estavam, no cumprimento do dever, atendendo a chamado urgente não da margem ao estado para imputar conduta negligente ao motorista, porquanto previsível e aceitável a velocidade em excesso, por conta da finalidade do atendimento.

ii - recurso especial que envolve reapreciação de matéria fática, o que e defeso, dada a redação da sumula 07 do STJ.

(REsp 24.524/SP, Rel. MIN. CLÁUDIO SANTOS, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/05/1994, DJ 13/06/1994, p. 15101)

Como no caso apresentado, apesar do ano, é entendimento que paira sobre casos de acidentes com viaturas policiais, sendo que foi ocasionado por situação de urgência, em que se exigia o emprego de velocidade elevada, não há o que se falar em responsabilidade do policial que está no cumprimento de seu dever, mas na maioria das vezes, não é isso que acontece e o mesmo acaba sendo responsabilizado pelo dano e realizando o pagamento da viatura parceladamente.

Para que seja possível uma reformulação no processo de compra de viaturas policiais, seria interessante que a licitação fosse realizada focando a compra de veículos disponíveis no mercado e com o preço divulgado para o consumidor final, portanto, usando exemplo do veículo tipo SUV, marca Renault, modelo Duster, em simples pesquisa é possível apurar o valor de R\$ 50.790,00,³ (cinquenta mil, setecentos e noventa reais) para o modelo mais simples, mas que vem com todos os opcionais exigidos no último pregão para compra de viaturas. Como já analisado a Renault do Brasil participa do convênio CONFAZ nº 26/03, com isso, aplicado o desconto no valor de 12% (doze por cento) sobre o total, seria possível realizar a compra no valor de R\$ 44.695,20 (quarenta e quatro mil seiscentos e noventa e cinco reais e vinte centavos). Como já visto anteriormente, a compra de viaturas equipadas com giroflex (equipamento luminoso característico de viaturas policiais), rádio transmissor, e “camburão”, chega ao ponto de ter o valor maior do que o dobro de o valor de um veículo comum.

Portanto, a proposta seria de adquirir viaturas do mesmo modelo da anteriormente adquirida, ou, dependendo do caso, veículos em que possam ser reutilizados os equipamentos característicos de viaturas policiais, nesse caso não necessitaria adquirir novamente os mesmos equipamentos tendo em vista a utilização dos que seriam retirados das viaturas consideradas inservíveis, então, giroflex, sirene, rádios transmissores e camburão, seriam retirados dos veículos que seriam disponibilizados para leilão e os veículos novos seriam equipados com esses utensílios, o que acarretaria uma enorme economia para os cofres público, tendo em vista que em muitos casos tais equipamentos representam a maioria da valor da viatura policial.

Para tanto, surgiria um problema o qual seria o direcionamento da licitação para a compra do veículo que se gostaria de reutilizar os equipamentos, entretanto,

³ Duster – Renault do Brasil, Monte o Seu. Disponível em <http://www.renault.com.br/Veiculos/conheca-e-compare-a-gama-renault/duster/duster/monte-o-seu/>. Acesso em 19/10/2013.

há na lei de licitações, exceção que pode ser utilizada para as polícias militares, tendo em vista que são forças auxiliares das forças armadas, como se vê no trecho do trabalho de Cláudio Roberto Miguel da Silva Vicentino e outros (2011, p.41):

A previsão expressa do dispositivo refere-se apenas às Forças Armadas. A doutrina de diverge quanto à possibilidade de aplicação para polícias militares, que consistem, constitucionalmente em forças auxiliares das Forças Armadas. Jacoby admite que a dispensa seja aplicada pelas polícias militares e outras organizações, sob controle das Forças Armadas. Por sua vez, Jessé Torres e Lucia Valle Figueiredo entendem que a norma tem aplicação privativa às Forças Armadas. Inclina-se este trabalho para a posição de Jacoby, ou seja, pela viabilidade do emprego da dispensa não apenas pelas Forças Armadas. Funda-se a posição na inexistência de referência à exclusividade ou privatividade da hipótese de dispensa em favor das Forças Armadas. Ademais, o dispositivo alude a "materiais de uso pelas Forças Armadas". Não se trata, portanto, de materiais "para uso das Forças Armadas". A padronização a ser promovida em situação lógica e cronologicamente anterior à dispensa, deve ser oriunda de processo administrativo próprio para este fim, cujo parecer caiba a comissão regularmente instituída por decreto. Neste sentido, conclui-se que tal hipótese de dispensa de licitação funda-se em função extraeconômica da contratação. O valor jurídico visado pelo legislador é a soberania nacional, através de uma política industrial de defesa para fomento a uma pluralidade de produtores nacionais de materiais bélicos, com vistas a garantir a autonomia estratégica do País para com materiais bélicos. O objeto da contratação é restrito às compras de materiais de uso das Forças Armadas, todavia, tal hipótese de dispensa é aplicável a outras organizações. A padronização depende de parecer prévio de comissão instituída por decreto.

Em que se verifica que no texto legal há previsão de possível dispensa de licitação para compra de material para uso nas Forças Armadas, como se vê na transcrição do inciso do art. 24 da Lei 8.666/96 que trata do tema:

XIX - para as compras de material de uso pelas Forças Armadas, com exceção de materiais de uso pessoal e administrativo, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante parecer de comissão instituída por decreto

Neste caso, a possibilidade de emprego da exceção para as polícias militares é latente, tendo em vista que por força Constitucional são forças auxiliares do Exército Brasileiro, portanto, também podem ser entendidas como forças armadas neste caso, e o benefício seria extremamente adequado para os padrões das forças militares estaduais, o que não acarretaria prejuízo à população e somente benefícios.

Sendo assim, a licitação seria dispensada e a compra do veículo seria realizada diretamente com a empresa que comercializa o veículo necessário para que sejam reaproveitados os equipamentos que fazem parte do serviço policial ostensivo.

Além de tudo isso, o ideal é que fosse implantado um controle de uso das viaturas e independentemente de estarem ou não em boas condições, estas sejam leiloadas com uma certa limitação de uso que poderia ser definida pela vida útil das viaturas, para que possam estar em boas condições no momento da arrematação, a título de exemplo poderia ser sugerido o período de 03 (três anos) de uso para uma viatura que gradualmente durante o ano possam ser substituídas por veículos novos que seriam equipados com os materiais da viatura antiga que será encaminhada para o leilão.

Um ponto importante para a proposta em tela é a valorização do veículo que será leiloado, tendo em vista que será entregue a leilão com menos tempo de uso, outro ponto relevante seria que no momento da arrematação o arrematante fará seus cálculos de viabilidade de compra da viatura comparando com os veículos de mercado a época, acontece que o Estado obteve desconto do ICMS para a compra do veículo, e isso fará com que o Estado não tenha tanto prejuízo com a arrematação que terá um valor ainda maior, possibilitando assim que a Administração Pública arrecade um valor mais elevado com a arrematação de viaturas do que ocorre hoje em que a viatura é utilizada até um momento muito além do que deveria para ser descartada, fica em péssimas condições de armazenagem até que ocorra o leilão, o que prejudica e muito o seu valor tendo em vista que muitas se tornam apenas um amontoado de ferrugem.

Com isso, se pretende apresentar uma proposta de dispensa do leilão para viaturas para que sejam adquiridos veículos compatíveis com os equipamentos que já estão em uso, dando a possibilidade de transferência desses novos, economizando os seus valores, e ainda possibilitando que o Estado adquira veículos no valor de mercado, com a redução do valor do ICMS por convênio, viabilizando, assim, grande economia, e uma frota sempre renovada e padronizada.

5.2 Plano de implantação

Para implantação do plano em tela, é possível estabelecer responsabilidades para cada gestor, com a Secretaria de Administração e Previdência cabe realizar a compra dos veículos, entretanto, a escolha dos requisitos e demais exigências do modelo deve partir da Polícia Militar que é o Órgão que irá se utilizar dessa viatura e pelo entendimento apresentado neste trabalho, cabe a dispensa da licitação tendo em vista a padronização da frota e a eficiência em que pesa o aproveitamento dos equipamentos usados que estavam instalados em viaturas descartadas.

Após a aquisição dos veículos com valor nunca acima ao apresentado pelas montadoras ao público, seja em sítios eletrônicos, seja nas próprias concessionárias, além da aplicação do desconto do ICMS, esses veículos, agora passariam para a responsabilidade da polícia militar para a realização da plotagem característica e padronizada pela Polícia Militar do Paraná, esse serviço deverá ser realizado pela SEAP por meio de pregão eletrônico garantindo o menor preço ofertado e a base média de valores apresentados por empresas que realizam plotagens.

Com as viaturas devidamente plotadas, policiais militares que atuam nos setores de manutenção de viaturas policiais, além de outros que estejam disponíveis para emprego nessas áreas, e que possuam, ou não, algum conhecimento em manutenção e instalação de rádios VHF para comunicação, ou equipamento similar, sinalizadores luminosos, compartimento para detidos, poderiam estar disponibilizados pelo período em que seriam necessários para a realização de instalações dos equipamentos retirados das viaturas descartadas nas novas viaturas, com isso seria realizada economia de grande monta para a corporação que não necessitaria contratar profissionais da área, tendo em vista o seu vasto efetivo que possui formação e conhecimento em diversas áreas, para que pudessem realizar o serviço e/ou ainda, realizar cursos de treinamento para novos policiais que estejam disponíveis para o período em questão e que não possuíssem conhecimento específico na área, tais como elétrica automobilística e eletrônica, além manutenção em radiocomunicação.

Esse trabalho seria coordenado pela DAL-CSM-MB, (Diretoria de Apoio Logístico- Centro de Suprimento e Manutenção e Material Bélico), e com o aprimoramento e retenção do conhecimento, poderia ser espalhado para todo o

Estado, disseminando o conhecimento das instalações dos equipamentos em todos os Batalhões do Estado, possibilitando uma descentralização do serviço.

Esse trabalho poderia ser realizado gradualmente, evitando com que as viaturas ficassem paradas e deteriorassem, com isso o valor do veículo para arrematação e seria demasiadamente interessante para o arrematante que poderia adquirir um veículo com pouco tempo de uso, e em condições não tão ruins como se o mesmo fosse utilizado ao seu máximo.

Para isso é possível realizar a sugestão de utilização do veículo por no máximo 03 (três) anos em que a Polícia Militar poderia se utilizar da garantia oferecida pela montadora que normalmente gira em torno disso, e o arrematante conseguiria adquirir um veículo em bom estado e com manutenções realizadas na concessionária, seria um bom negócio para todos os envolvidos e todos ganham, inclusive a população.

5.3 – Recursos

Para a implantação do projeto não seria necessário investimento pesado, apenas em ferramentas e dispositivos de testes para os equipamentos já instalados em viaturas em uso pudessem ser retirados do veículo usado e instalado em um veículo novo do mesmo modelo, o que acarretaria apenas mão-de-obra e espaço adequado e isso, a maioria dos batalhões já possui, além do que o CSM/MB possui local com boas instalações que possibilitam o trabalho em pequenas quantidades de viaturas o que, na verdade, seria o ideal para não prejudicar o andamento do serviço policial e retirar por muito tempo todas as viaturas do patrulhamento.

5.4 - Resultados esperados

Os resultados esperados seria economia de mais de 40% (quarenta por cento) tendo em vista a média de gastos com equipamentos e acessórios comprados à parte para viaturas, que quando comprados juntamente com as mesmas oneram absurdamente seu valor, com isso, para cada duas viaturas

adquiridas, contando com gastos de novos serviços, equipamentos, treinamento e ferramentas, seria possível adquirir mais uma viatura com o valor economizado.

Além do que, se as viaturas forem leiloadas com o tempo de uso de apenas três anos, seus valores arrematados em leilão tendem a ser muito maiores, tendo em vista sua qualidade, manutenção e baixa quilometragem em relação aos tempos atuais.

5.5 - Riscos ou problemas esperados e medidas preventivo-corretivas

Poderia ser esperado que os policiais que utilizam as viaturas, sabendo que as mesmas seriam trocadas em tempo menor, agissem com desleixo em seu uso e isso acarretasse em depreciação do valor, com isso, uma solução aceitável seria a autorização legal para que os policiais militares pudessem adquirir as mesmas viaturas que utilizam, com isso, haveria um cuidado maior com as mesmas, sendo que teriam possibilidade de arrematar as mesmas, até mesmo com a possibilidade de desconto em folha de pagamento do policial militar interessado, desde que houvesse margem para tanto, pois hoje há proibição legal de participação em leilões de veículos do Estado por qualquer funcionário público, seria uma forma de agraciar o policial com a possibilidade de adquirir um veículo que ele mesmo conhece e trabalha.

Outro ponto crítico seria a falta de mão-de-obra interessada em trabalhar com a instalação dos equipamentos em viaturas recém adquiridas, para isso, poderia ser implantada uma escala diferenciada, que agisse como atrativo aos militares estaduais interessados em participar dessa Unidade Militar, com isso teriam mais folgas durante a semana do outras Unidades Militares, o que possivelmente se tornaria um atrativo aos Policiais Militares.

6. CONCLUSÃO

Seria de grande valia a implantação de algo parecido com esse projeto, sendo respeitada a opinião de quem está na linha de frente da Corporação, que com certeza, é de grande valia para a aquisição de veículos adequados ao serviço policial, mudando essa perspectiva de hoje em que o militar de linha de frente não merece ser ouvido ou não se deve levar a sério para as decisões burocráticas da cúpula da gestão da Corporação.

A preocupação com a segurança e quanto ao bem-estar dos diretamente envolvidos no emprego das VTRs tende a gerar um efeito cascata para a população, tudo isso com a simples aquisição de viaturas de qualidade, o que gera um conforto para o policial, aliado à segurança e a boa vontade em atender aos populares, sendo que sua opinião foi levada a sério e aplicada para a aquisição de um veículo adequado e de qualidade necessária para um emprego tão importante como a área de segurança pública.

Com isso, os veículos poderiam perdurar por mais tempo, e ainda, com a substituição em menos tempo e não as deixando deteriorar de sobremaneira que se tornem imprestáveis ao serviço público e ao cidadão que a arremata, tal veículo, seria ainda utilizável aos arrematantes que desembolsariam um valor maior devido à qualidade dos veículos e ao seu reduzido tempo de utilização em comparação aos dias atuais.

Este trabalho teve a intenção de demonstrar um prejuízo que o Estado possa estar arcando com a compra de viaturas novas, com valores muito acima do mercado, e com equipamentos novos, sendo que as viaturas usadas já os possuíam em qualidade e quantidade razoáveis.

Este trabalho visa apenas a boa intenção de prestar um serviço de segurança pública de melhor qualidade ainda, com policiais satisfeitos com seus meios de trabalho e com as suas angustias e aflições ouvidas e respeitadas.

Se toda a Corporação se engajassem em um trabalho como esse, com respeito ao patrimônio público, com respeito próprio e pela imagem que carrega, como é o de praxe, a certeza de sucesso é muito grande, de certa forma que o veículo que rodasse nas ruas montado e conhecido pela própria Corporação, seria parte dela, como mais um integrante da família Polícia Militar do Paraná.

7. REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, Marcelo. PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 21 ed. São Paulo: Método. 2013;

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988;

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 24 ed. São Paulo: Atlas, 2011;

HIPÓLITO, Marcello Martinez. **Superando o mito do espantalho**: O policiamento orientado para resolução de problemas. Monografia apresentada no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Universidade do Sul de Santa Catarina, UNISUL. Florianópolis. 2007

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 15 ed. São Paulo: Saraiva. 2011;

MARQUES, Juliano Appel. **Análise da atividade de logística de transporte na cadeia de suprimento da 3ª Região Militar**. Trabalho de conclusão de curso de Administração. Departamento de Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011

MILDEMBERGER JUNIOR, José Renato. **Análise do processo de compra de viaturas na Polícia Militar do Paraná**. 21 f. Artigo Científico (Especialização em Formulação e Gestão de Políticas Públicas) Departamento de Administração, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa: Abordagem teórico-prática**. 10. ed. rev. e atual. – Campinas, SP: Papirus, 2004.

PARANÁ, **Lei Orçamentária anual**, 2013, Lei 17.398/12 de 18/12/2012

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. 3. ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2005.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. 3 ed. São Paulo: Saraiva. 2011;

VICENTINO, Cláudio Roberto Miguel da Silva. FERRARI, Paulo Kusano Bucalen. VOLOTÃO. Romilson de Almeida. Dispensa de Licitação: hipóteses aplicáveis às atividades das forças armadas. **Publicações da Escola da AGU: Direito Militar**. Brasília, v. 5. p. 16-52. 2010. Disponível em http://www.agu.gov.br/sistemas/site/PaginasInternas/NormasInternas/AtoDetalhado.aspx?idAto=268268&ID_SITE=. Acesso em 18/10/13.